

COM BASE NO EDITAL N° 02/2025



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO

PROFESSOR II LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SÃO PAULO

PROFESSOR II - LÍNGUA PORTUGUESA

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: OP-120DZ-25
7908403585762

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Interpretação e Compreensão de texto; Organização estrutural dos textos; Textos literários e não literários; Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	7
2.	Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo; Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	14
3.	Tipologia da frase portuguesa	19
4.	Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	20
5.	Problemas estruturais das frases	22
6.	Norma culta	24
7.	Pontuação e sinais gráficos	25
8.	Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	26
9.	Tipos de discurso	31
10.	Registros de linguagem	32
11.	Funções da linguagem	34
12.	Elementos dos atos de comunicação	36
13.	Estrutura e formação de palavras	36
14.	Formas de abreviação	37
15.	Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivosartigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores	39
16.	Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade	47
17.	Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	49
18.	Vocabulário: neologismos, arcaísmosestrangeirismos; latinismos	51
19.	Ortografia e acentuação gráfica	53
20.	A crase	56

Fundamentos da Educação

1.	Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	61
2.	Relações socioeconômicas e político-culturais da educação	62
3.	Educação em direitos humanos, democracia e cidadania	63
4.	A função social da escola	65
5.	Inclusão educacional e respeito à diversidade	66
6.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	67
7.	Didática e organização do ensino	68
8.	Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	68
9.	Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica	69
10.	Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino	70
11.	Fundamentos conceituais da Base Nacional Comum Curricular	71

ÍNDICE

Legislação Educacional

1.	Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação.....	113
2.	Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	116
3.	Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).....	137
4.	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	139
5.	Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	150
6.	Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	156
7.	Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	198
8.	Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	217
9.	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018.....	217

Conhecimentos Específicos Professor II - Língua Portuguesa

1.	Literatura; Análise de textos literários de tipos diversos	1
2.	Literatura infantil e juvenil	1
3.	Letramentos: Letramentos e ensino; Multiletramentos; Práticas de letramento	2
4.	Concepções de Linguagem: as várias concepções de linguagem; Concepção dialógica da linguagem	2
5.	Práticas de Linguagem: as várias concepções de leitura; Estratégias e procedimentos didáticos de leitura.....	3
6.	Produção textual de tipos diversos.....	4
7.	Oralidade	8
8.	Análise linguística de enunciados	9
9.	Gramática Textual: gêneros e tipos textuais	9
10.	Marcas de textualidade	16
11.	Modalização	16
12.	Curadoria	17
13.	Estratégias argumentativas.....	17
14.	Metalinguagem.....	19
15.	Progressão textual	19
16.	Intertextualidade	19
17.	Coesão e coerência	19
18.	Construção Textual: variação linguística	19
19.	Ortografia.....	21
20.	Seleção lexical	21
21.	Correção ortográfica, morfológica e sintática.....	21
22.	Sentido próprio e figurado.....	21
23.	Campos de Atuação das práticas de Língua Portuguesa de acordo com a Base Nacional Comum Curricular.....	21
24.	Gêneros discursivos: conceitos e elementos constitutivos.....	22
25.	Gêneros multissemióticos: conceitos e elementos constitutivos	24
26.	Relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	25
27.	Relação entre contexto de produção e características composticionais e estilísticas dos gêneros	25

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS; TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS; MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa,

além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

AMOSTRA

► Exemplos Práticos

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão

central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

► Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

▪ **Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

▪ **Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

As concepções e tendências pedagógicas contemporâneas refletem uma evolução significativa na forma como a educação é compreendida, estruturada e aplicada. As práticas pedagógicas atuais buscam não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo em suas dimensões cognitiva, emocional e social.

Influenciadas por avanços nas ciências humanas e sociais, bem como por mudanças culturais e tecnológicas, as tendências pedagógicas contemporâneas enfatizam a participação ativa do aluno, a contextualização dos conteúdos, a educação inclusiva, e o uso de metodologias que favorecem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Essas abordagens refletem uma visão de educação como um processo de construção coletiva e contínua, em que o aluno é visto como sujeito ativo na construção do conhecimento.

A abordagem construtivista, inspirada nas teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, é uma das mais influentes tendências pedagógicas da atualidade. No construtivismo, a aprendizagem é vista como um processo de construção ativa de conhecimento, em que o aluno interage com o ambiente e reorganiza continuamente suas estruturas mentais.

A ênfase recai sobre o desenvolvimento de competências e habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de reflexão. O professor assume o papel de mediador, promovendo atividades e situações que desafiam o aluno a explorar, experimentar e questionar. Assim, o foco está na aprendizagem significativa, que ocorre quando o estudante relaciona novos conteúdos com conhecimentos prévios, conferindo sentido ao que é aprendido.

A pedagogia sociointeracionista, fortemente influenciada por Vygotsky, complementa o construtivismo ao enfatizar o papel das interações sociais no processo de aprendizagem. Para essa abordagem, o conhecimento é construído coletivamente, em colaboração com outros e em um contexto social específico.

O ambiente de aprendizagem deve ser um espaço de diálogo, onde o professor e os alunos compartilham saberes, refletem juntos e ampliam seus conhecimentos. O desenvolvimento de habilidades de comunicação e de cooperação é central, e o professor deve proporcionar atividades que estimulem a troca de ideias e a resolução conjunta de problemas.

A pedagogia crítica, inspirada pelas ideias de Paulo Freire, também representa uma importante tendência contemporânea, defendendo uma educação emancipadora que visa à formação de cidadãos críticos e atuantes. Segundo essa abordagem, a educação deve ser um processo de conscientização, em que o aluno desenvolve a capacidade de questionar a realidade, refletir sobre questões sociais e lutar por transformações.

A pedagogia crítica valoriza a problematização e a

contextualização dos conteúdos, relacionando-os com a realidade social dos alunos. O professor é visto como um facilitador e parceiro de diálogo, que respeita a experiência de vida do estudante e contribui para sua autonomia e senso crítico. Essa abordagem defende que o conteúdo deve estar sempre ligado ao contexto histórico e cultural, permitindo uma reflexão que vai além da simples assimilação de informações.

A pedagogia das competências é outra abordagem que ganha destaque na educação contemporânea, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências que preparam o aluno para os desafios do mundo atual, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Essa abordagem se fundamenta na ideia de que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos disciplinares, englobando competências como a criatividade, o trabalho em equipe, a resiliência e a capacidade de comunicação.

O ensino por competências envolve atividades práticas e contextualizadas que permitem aos alunos aplicar o conhecimento em situações reais. O professor, nessa perspectiva, é um orientador que propõe situações e desafios que promovam a aplicação do conhecimento e a mobilização de diversas habilidades.

Com a crescente presença da tecnologia na educação, a pedagogia digital surge como uma tendência inovadora, buscando integrar recursos tecnológicos ao processo de ensino-aprendizagem.

O ensino híbrido, por exemplo, combina atividades presenciais e online, promovendo maior flexibilidade e autonomia para o estudante. A pedagogia digital valoriza a interação e o acesso a diferentes fontes de informação, possibilitando uma aprendizagem personalizada e colaborativa. O professor assume o papel de facilitador, orientando o aluno no uso responsável e crítico das ferramentas digitais e ajudando-o a transformar a informação em conhecimento relevante.

Por fim, a educação inclusiva é uma das diretrizes que orientam a prática pedagógica contemporânea, baseando-se na promoção de uma escola para todos. Essa abordagem reconhece a diversidade dos estudantes e valoriza as diferenças individuais, sejam elas culturais, sociais, ou relacionadas a deficiências e necessidades especiais.

A pedagogia inclusiva busca eliminar barreiras para a aprendizagem, oferecendo suporte e adaptações que garantam a participação plena de todos os alunos. O professor deve desenvolver práticas pedagógicas que considerem as particularidades de cada estudante, promovendo uma educação equitativa e respeitosa.

As tendências pedagógicas contemporâneas, embora distintas, compartilham o objetivo comum de promover uma educação significativa, que valorize o aluno como sujeito ativo e que seja sensível às mudanças e desafios do contexto atual.

AMOSTRA

Essas abordagens reafirmam o papel da educação como um processo dinâmico, que deve continuamente se adaptar e evoluir para atender às necessidades e potencialidades dos estudantes e para contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o tema das relações socioeconômicas da educação tem ocupado um lugar central nos debates acadêmicos, políticos e sociais. Trata-se de um campo vasto e multifacetado, que abrange uma série de questões interligadas, desde a distribuição desigual de recursos educacionais até os efeitos do capital humano na economia.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a educação emerge como um dos principais motores do desenvolvimento socioeconômico. Países que investem pesadamente em educação tendem a colher os frutos desse investimento em termos de crescimento econômico, inovação tecnológica e inclusão social. No entanto, os desafios para garantir uma educação de qualidade e equitativa são consideráveis e variados.

Um dos principais pontos de partida para entender as relações socioeconômicas da educação é reconhecer a existência de profundas disparidades no acesso e na qualidade da educação em nível global. Em muitas partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, milhões de crianças ainda estão fora da escola ou recebem uma educação de baixa qualidade devido a uma série de fatores, incluindo pobreza, discriminação de gênero, conflitos armados e infraestrutura educacional inadequada.

Essas disparidades educacionais estão intrinsecamente ligadas a questões econômicas e sociais mais amplas. Por exemplo, a pobreza é tanto uma causa quanto uma consequência da falta de acesso à educação de qualidade. Crianças que crescem em ambientes economicamente desfavorecidos têm menos probabilidade de frequentar a escola regularmente e de obter os recursos necessários para ter sucesso acadêmico. Isso, por sua vez, perpetua um ciclo de pobreza intergeracional que pode ser difícil de romper.

Além disso, as desigualdades educacionais muitas vezes refletem e reforçam as desigualdades sociais existentes. Grupos marginalizados, como mulheres, minorias étnicas, pessoas com deficiência e comunidades rurais, geralmente enfrentam barreiras adicionais ao acesso à educação de qualidade. Isso não apenas priva esses grupos de oportunidades individuais, mas também limita o potencial de desenvolvimento humano e econômico de uma sociedade como um todo.

No entanto, apesar dos desafios significativos, há também razões para otimismo. O reconhecimento crescente da importância da educação como um direito humano fundamental e um catalisador para o desenvolvimento sustentável levou a uma série de iniciativas globais e nacionais para melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. Por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas incluem metas específicas relacionadas à educação, como garantir a educação primária e secundária universal e de qualidade para todos.

Além disso, avanços tecnológicos recentes estão abrindo novas oportunidades para democratizar o acesso ao conhecimento e à educação. Plataformas online, recursos educacionais abertos e tecnologias de aprendizagem adaptativa estão permitindo que milhões de pessoas em todo o mundo acessem conteúdo educacional de alta qualidade a um custo acessível.

No entanto, é importante reconhecer que as soluções para os desafios educacionais não são simples nem uniformes. Abordar as desigualdades socioeconômicas na educação exige uma abordagem multifacetada e coordenada que leve em consideração não apenas as questões educacionais em si, mas também os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que moldam o contexto em que a educação ocorre.

Em última análise, as relações socioeconômicas da educação são um reflexo das relações mais amplas de poder e privilégio em uma sociedade. Para construir um mundo mais justo e equitativo, é fundamental garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso não apenas fortalecerá as bases para o crescimento econômico sustentável, mas também promoverá a justiça social e a coesão comunitária em escala global.

Explorar as relações político-culturais da educação é adentrar em um terreno complexo e dinâmico, onde se entrelaçam diferentes sistemas de valores, ideologias e estruturas de poder. A interação entre política e cultura molda profundamente as práticas educacionais, influenciando desde os currículos escolares até as normas sociais e os valores transmitidos às gerações futuras.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender que a educação não ocorre em um vácuo político ou cultural. Pelo contrário, as políticas educacionais são frequentemente moldadas por agendas políticas mais amplas, que refletem as visões de mundo e os interesses de grupos específicos na sociedade. Decisões sobre financiamento educacional, currículo escolar, métodos de ensino e avaliação são todas influenciadas por considerações políticas que podem variar amplamente de acordo com o contexto nacional, regional e local.

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na transmissão e reprodução da cultura de uma sociedade. Os currículos escolares, por exemplo, refletem não apenas os conhecimentos acadêmicos considerados importantes, mas também os valores, crenças e identidades culturais dominantes. Isso pode levar a debates acalorados sobre quais perspectivas e histórias devem ser incluídas no currículo e como as diferentes culturas são representadas nas escolas.

As relações político-culturais da educação também são marcadas por conflitos e contestações. Grupos políticos e culturais frequentemente disputam o controle sobre o sistema educacional, buscando promover suas próprias agendas e visões de mundo. Isso pode levar a polarizações e divisões na sociedade, especialmente em torno de questões controversas, como religião, identidade étnica, gênero e sexualidade.

Em muitos casos, as políticas educacionais podem ser utilizadas como ferramentas de poder para impor certas ideologias e restringir a diversidade cultural e intelectual. Por exemplo, regimes autoritários muitas vezes buscam controlar o sistema educacional para promover uma narrativa oficial que legitime seu poder e suprima vozes dissidentes. Da mesma



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtIpQiwLhttps://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLGgdrdc%253D&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

AMOSTRA

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em

regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LITERATURA; ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS DE TIPOS DIVERSOS

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa.
Bons estudos!*

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

A literatura dedicada à crianças e aos jovens adolescentes, envolvendo narrativas fictícias no universo infantojuvenil, composições culturais e folclóricas, poemas, novelas, ou apenas obras que apresentam ou explicam fatos da vida, com os saberes das artes, da matemática, da ciência, etc. Obviamente, a idade do leitor é o que determina o conteúdo de uma obra infantojuvenil. Assim, as literaturas voltadas para crianças na faixa dos 2 aos 4 anos em geral são construídas com uma quantidade menor de palavras, com muito mais ilustrações, imagens e cores, ao contrário da literatura destinada aos adolescentes, em geral contendo somente textos.

De qualquer modo, tratando-se de literatura infantil, é essencial que o contato dos pequenos com os livros possa ocorrer o mais cedo possível, proporcionando-lhes familiaridade com o formato, o cheiro, a textura e todas as suas possibilidades infinitas.

Literatura infantil:

Destinada para o público na faixa de 2 e 11 anos, as principais características dessa literatura são:

- Presença de recursos visuais (ilustrações, fotos, cores);
- Os personagens principais são crianças;
- Ausência de temáticas adultas ou impróprias para os jovens leitores, como uso de drogas, crimes hediondos, quaisquer tipo de violência, cenários de guerra, conteúdos sexuais, etc;
- Apresentam cunho pedagógico, transmitindo aos pequenos leitores normas e comportamentos sociais;
- É desenvolvida em uma linguagem acessível e simples, expondo os fatos de forma clara;
- As descrições dão lugar aos diálogos, que, nesta literatura, são mais frequentes, assim como a diversidade de acontecimentos;
- Geralmente, têm um desfecho feliz;
- Em geral, são mais curtas.

Literatura juvenil:

Voltada para o público leitor entre 10 e 15 anos, tem como características principais:

- Apresentam estímulos visuais, como ilustrações e fotos, mas, por serem constituídas basicamente de textos, esses recursos não são obrigatórios;
- Os heróis e os personagens principais são da mesma faixa etária do público;
- É comum abordarem assuntos de interesse do público juvenil, como temas de interesse do jovem adolescente; assuntos estes muitas vezes polêmicos, desde relacionamentos amorosos, até uso de drogas, episódios de violência e conteúdo sexual;
- Normalmente são desenvolvidas em volumes maiores, chegando muitas vezes a uma média de 300 páginas.

Escritores:

- **Monteiro Lobato:** é o autor de literatura infantil mais importante da gama infantojuvenil no Brasil. O escritor e editor do período pré-modernista, ganhou destaque nos gêneros fábula e conto, sendo a série **Sítio do Picapau Amarelo**, desenvolvida em 23 volumes, de 1920 a 1947.
- **Pedro Bandeira:** a partir de 1983, quando destacou-se com a publicação **O Dinossauro que fazia Au-au**, Bandeira passou a dedicar-se unicamente à escrita de obras infantojuvenis, consagrando-se com um dos maiores escritores desse ramo.

Gênero:



AMOSTRA

- **Poesia:** o gênero lírico também tem sua gama de autores na literatura para crianças e jovens adolescentes, entre os principais Ruth Rocha e Cecília Meireles.
- **Histórias em quadrinhos:** Maurício de Souza, com a Turma da Mônica, e Ziraldo, como Menino Maluquinho, são os grandes nomes desse gênero na literatura infantojuvenil.

A utilidade pedagógica da literatura infantojuvenil:

Ao introduzir a literatura infantil em sala de aula, os professores devem observar aspectos como a abordagem das práticas da sociedade, de modo que elas possam ser transformadas em aprendizados relevantes e expressivos, que atendam às necessidades dos estudantes geradas de forma intencional nas interações desenvolvidas no contexto escolar.

LETRAMENTOS: LETRAMENTOS E ENSINO; MULTILETRAMENTOS; PRÁTICAS DE LETRAMENTO

LETRAMENTO E PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Letramento pode ser definido, segundo a pesquisadora da área da Educação Magda Soares como “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Isso quer dizer que, o processo de alfabetização tem como resultado o letramento, que, por sua vez, configura-se nas habilidades de leitura e interpretação textuais, como também o emprego da leitura e da escrita de forma efetiva.

Assim, o letramento consiste em um sistema que viabiliza que o indivíduo seja inserido na sociedade a partir da linguagem, por meio da qual ele se constitui e se comunica, e também da interação, que lhe garante o desenvolvimento e o desempenho sobre o meio em que vive.

O letramento não se limita às capacidades de leitura e escrita, pois estas, muitas vezes, são realizadas de modo automático, restringindo-se à mesa codificação e decodificação de sinais gráfico escritos para formar palavras.

Assim, o letramento tem os seguintes objetivos:

- Adequação às práticas sociais de leitura e escrita
- Domínio da linguagem nas situações mais diversificadas
- Geração sentidos e significados por meio da leitura
- Uso adequado da leitura e escrita nas convenções sociais
- Construção de discursos
- Uso da leitura para compreender a realidade
- Interpretação e compreensão de textos
- Apropriação da linguagem como instrumento de interação com o ambiente
- Realização de reflexões

As práticas de letramento sucedem-se em ambientes sociais distintos, constituem formas diferentes e têm utilidades diversas. Na rotina escolar, por exemplo, eles podem ser observados nos momentos de discussão entre professor e alunos sobre um texto lido pela classe.

▪ **Atividades de Letramento:** o processo de letramento demanda o domínio da linguagem, tanto na teoria quanto na prática, faz-se essencial a proposição de exercícios que desenvolvam as habilidades dos estudantes, como produção de textos, interpretação de textos, projetos de leitura, leitura e interpretação de imagens e obras de arte, debates sobre as leituras, trabalhos sobre diversas culturas e línguas, exercícios artísticos para se expressar, uso de ferramentas eletrônicas para leitura e comunicação, uso de saberes matemáticos para resolver problemas e uso da linguagem para resolver problemas.

MULTILETRAMENTO

Os multiletramentos consistem em diversos tipos de letramento presentes na sociedade, levando em conta as diversas formas de produção de texto, a pluralidade semiótica e a diversidade de culturas. Trata-se de um processo que viabiliza maior abrangência nas comunicações, visto que os textos são apresentados em uma diversidade de línguas, sentidos e mídias.

O advento de novas tecnologias digitais levou a comunicação a transformações e impôs desafios aos educadores, que consistem, primordialmente, em fazer do aluno um gerador de conteúdo e um ente crítico. Áudios, vídeos e fotos que relatam notícias revelam culturas e mostram acontecimentos importantes. A sociedade atual está imbuída em diversas linguagens, algumas novas, outras não tão recentes. Os textos não são mais a única forma de transmitir informação, e agora temos à disposição muitas outras maneiras de nos comunicar, como tabelas, reportagens visuais, ensaios fotográficos, gráficos, infográficos, etc.

O propósito primordial da informação é atingir o interlocutor de forma efetiva, seja para fins informativos, educativos ou mesmo





GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

The image shows a blue book cover for a teacher exam. The title 'SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP' is prominently displayed in large white letters. Below it, 'PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO' is written. The subtitle 'PROFESSOR II' and 'LÍNGUA PORTUGUESA' are also visible. The book is set against a background of a library shelf filled with books. The top right corner of the book cover features the 'apostilas opção' logo.